

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	12
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	50
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	53
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	56
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de abril de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e cuja aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <http://ri.korasaude.com.br/>

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, bem como do adequado cumprimento pelos Colaboradores da Companhia e Terceiros das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, em conformidade com seu Código de Ética e Conduta, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Risco Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;
- (b) Risco Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia e decorrem de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Podem se manifestar de diversas maneiras como, por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;
- (c) Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não, perante os clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (d) Risco Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;
- (e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas e perda de reputação e má formalização de operações (por exemplo, com órgãos reguladores, operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos ou lavagem de dinheiro;
- (f) Risco Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance*, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

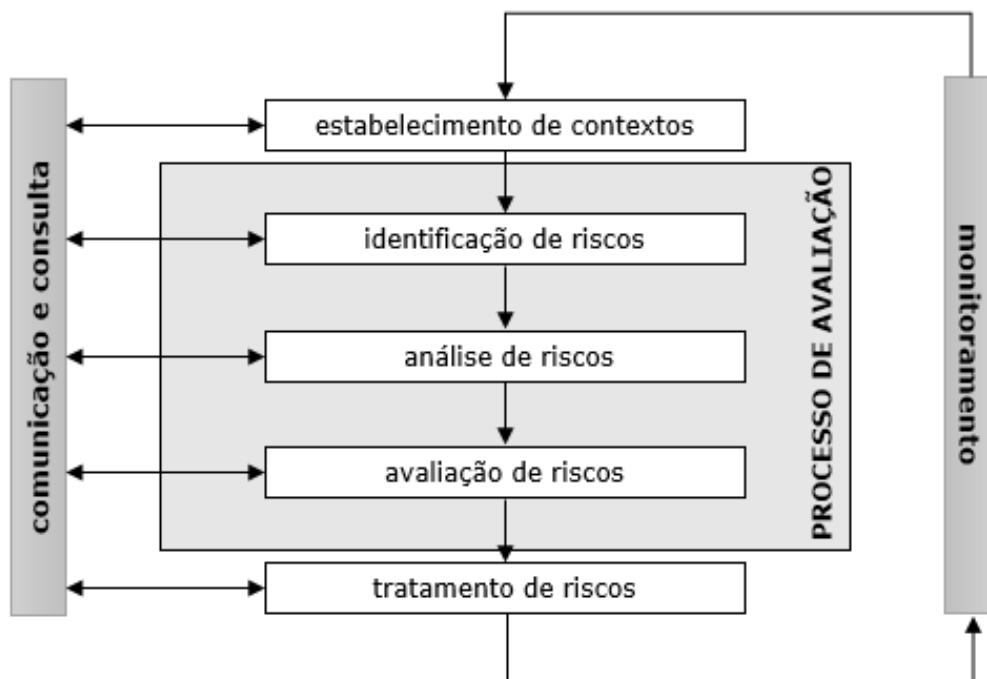
Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

- (a) Risco Estratégico: todo final de exercício, a Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto. Para suporte à execução da estratégia, a Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados para as pessoas-chave de sua administração com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do negócio da Companhia em cada exercício social. Há reuniões periódicas de avaliação de resultados onde são discutidos indicadores de desempenho relacionados às metas e definidos planos de ação para correção do curso das operações em rumo ao cumprimento das metas;
- (b) Risco Operacional: a Companhia possui auditoria interna que, no decorrer do exercício, efetua testes nos controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções das auditorias está julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, os auditores recomendam melhorias que são validadas pelo Comitê de Auditoria e *Compliance* e implementadas pelos gestores dos processos. A equipe de auditoria interna acompanha o andamento dos planos de ação para correção das falhas nos controles até a sua conclusão, e se reporta ao Comitê de Auditoria e *Compliance* ou diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, há acompanhamento mensal de indicadores de desempenho dos processos organizacionais nas reuniões mensais de resultado. Para indicadores com desempenho insatisfatório, são criados planos de ação para correção das situações identificadas;
- (c) Risco de Imagem: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores terceirizados de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia e planejamento para endereçamento das questões suscitadas;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (d) Risco Financeiro: o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Além disso, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro;
- (e) Risco Legal, Regulatório e/ou de Compliance: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e adequações necessárias;
- (f) Risco Socioambiental: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados dos efeitos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia, em especial projetos *greenfield* e *brownfield* desenvolvidos pela Companhia, no meio ambiente e na sociedade.

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no “ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:



Processo de Avaliação:

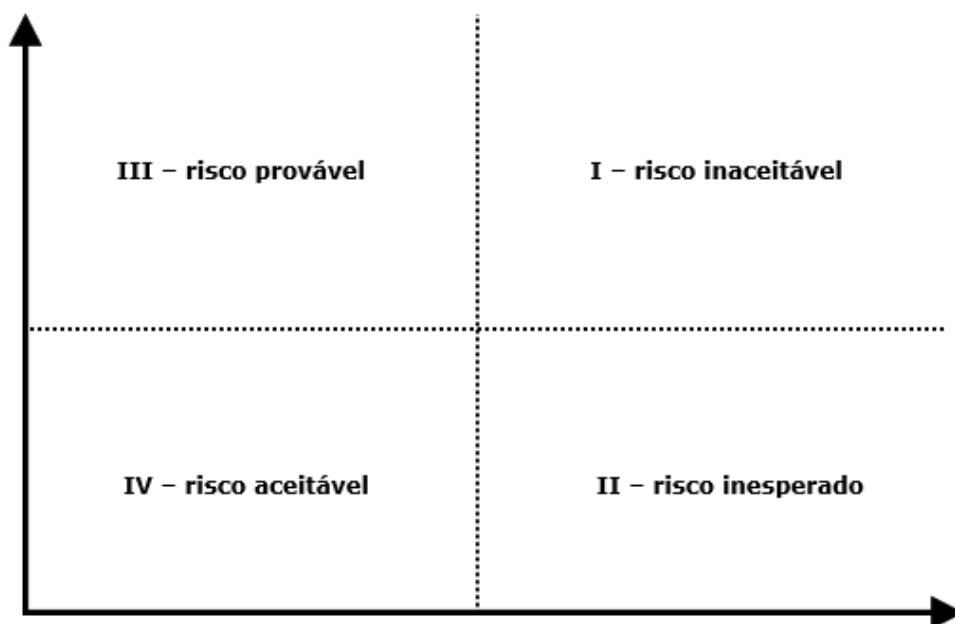
A avaliação dos riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

- (a) identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (b) análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz de risco abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Grau de Impacto	Extremo				Risco Y
	Elevado	Risco Z			
	Médio			Risco X	
	Baixo				
		Remota	Possível	Provável	Muito Provável
Probabilidade de Ocorrência					

(c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:



I - Risco Inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

II - Risco Inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.

III - Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

IV - Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Tratamento

Após a avaliação, os Riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (i) eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência à terceiros.

Comunicação e Consulta

A comunicação dentro da estrutura de governança, deverá proporcionar as informações necessárias para que o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* exerçam suas responsabilidades e atividades na Gestão de Riscos.

A comunicação deve ser focada no desenvolvimento de uma compreensão clara e oportuna dos Riscos da Companhia.

A frequência e o nível de detalhamento das comunicações entre o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e *Compliance* e entre a Diretoria e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* devem ser suficientes para permitir o entendimento dos resultados das avaliações e seus impactos, bem como a reação em tempo hábil às indicações de eficácia.

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias necessárias nos processos de gerenciamento de riscos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item (iii) abaixo.

Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é o responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos por esta Política, em conformidade com as boas práticas, com o apoio e suporte da MCGC Consultoria em Governança Corporativa Ltda. ("MCGC").

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* não deve atuar em funções ou em qualquer atividade que limite a sua independência.

Cabe ao Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* encaminhar à Diretoria da Companhia, as conclusões dos testes de controles internos efetuados pela MCGC, as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento e planos de ação, quando for o caso, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico para saná-las.

Neste sentido, são obrigações do Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, em conjunto com a MCGC, buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a:

- (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;
- (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de *Compliance*;
- (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários;
- (e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;
- (f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras;
- (g) conduzir exames de *Compliance* regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de *Compliance*;
- (h) conduzir investigações internas, quando necessário;
- (i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação; e
- (j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou requisito legal por um colaborador, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deverá informar o Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

A Companhia busca assegurar que as decisões sejam tomadas pelo Comitê de Auditoria e *Compliance* de maneira autônoma, tendo total discricionariedade no âmbito da sua área de atuação, inclusive para a apuração de eventuais descumprimentos às normas internas de conduta e legislação.

Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação da Companhia é responsável por revisar as Diretrizes da Política de Segurança da Informação e sempre que houver necessidade de discussão e revisão dessas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretrizes, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deve ser consultado.

A Companhia entende que deve garantir que as informações geradas, armazenadas, processadas e disponibilizadas pela Companhia sejam confiáveis e seguras.

Deve-se analisar o risco para toda liberação de acesso lógico, a funcionários e Terceiros, sendo o mesmo liberado somente a ambientes necessários à execução do trabalho. Periodicamente, este tipo de acesso deve ser auditado, verificando se o acesso concedido está de acordo com as necessidades da atribuição.

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável por manter a Política de Segurança da Informação atualizada e, poderá a qualquer momento, e sem aviso prévio, verificar o conteúdo dos arquivos disponíveis no diretório interno e dos e-mails enviados e recebidos pelos profissionais da Companhia, sem que isto configure quebra de sigilo, com vistas ao cumprimento das normas de *Compliance*. Para que isso ocorra no que tange ao sigilo das informações produzidas ou recebidas pela Companhia, todos os colaboradores devem seguir firmemente os princípios abaixo:

(a) estar ciente de que as informações processadas, mantidas ou registradas em áreas de acesso restrito não podem ser transferidas ou transmitidas, por qualquer meio, a Terceiros ou Colaboradores de outras áreas da Companhia, independentemente de seu nível hierárquico, comprometendo-se a manter sigilo absoluto sobre elas e restringir o seu uso às estritas necessidades das funções que exerce;

(b) ser responsável pela guarda dos documentos relativos às suas atividades, certificando-se de que documentos confidenciais não permaneçam expostos, sendo ao final do expediente trancados devidamente armazenados em gavetas e arquivos;

(c) ter ciência de que as senhas de acesso à rede, bem como as senhas de acesso aos diversos sistemas utilizados na Companhia, são pessoais e intransferíveis, devendo ser mantidas em estrito sigilo;

(d) comprometer-se a não acessar informações para as quais não tenha sido autorizado, ou que não estejam relacionadas às suas atividades profissionais;

(e) não efetuar qualquer comentário ou revelação a outros Colaboradores ou a Terceiros sobre informações confidenciais, inclusive conversas de negócios em locais públicos, devendo restringi-las ao contexto de suas práticas profissionais; e

(f) estar ciente que os e-mails enviados e recebidos por todos os Colaboradores da Companhia em ambiente interno e externo podem em eventual necessidade ser acessados para fins de controles internos.

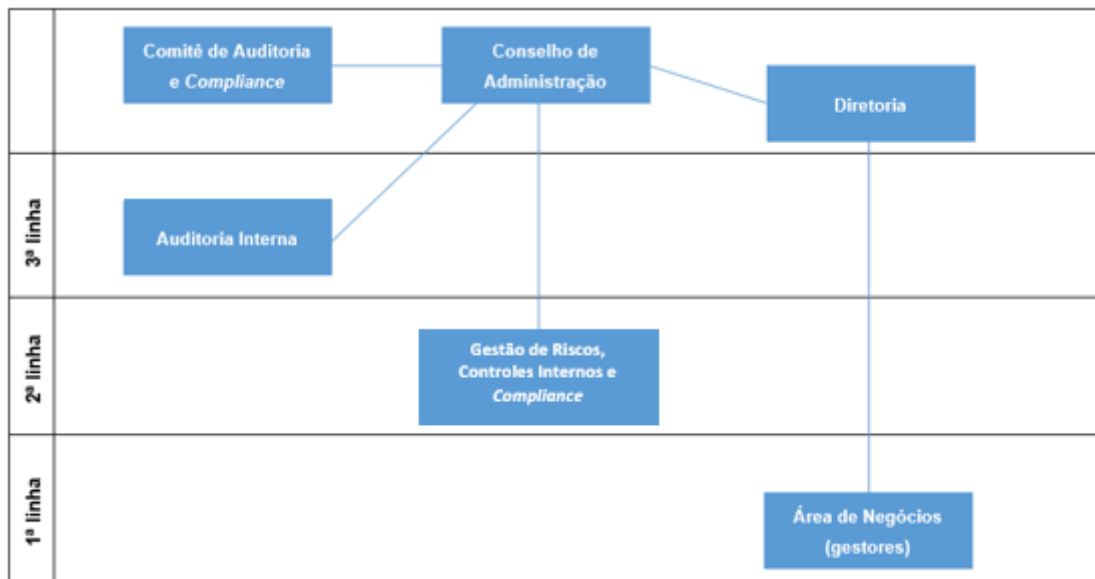
(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance*, a Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019, sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito neste item e estrutura hierárquica apresentada abaixo:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões;
- determinar o Limite (ou apetite) por Risco e aprovar a Matriz/Modelagem de Risco, conforme proposta apresentada pela Diretoria, estabelecendo a cultura de Gestão do Risco dentro da Companhia;
- tomar as principais decisões com relação ao processo de Gestão de Riscos da Companhia, incluindo as que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia, bem como fornecer à Diretoria, sempre que necessário, sua percepção quanto ao grau de exposição a Riscos, influenciando na priorização dos Riscos a serem tratados;
- revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e *Compliance*; e
- avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e *Compliance*.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- elaborar, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, as diretrizes e a Matriz/Modelagem de Risco, propondo ainda os limites de exposição, impactos, e os limites (ou apetite) aos Riscos da Companhia;
- definir, em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão de Riscos, disseminando a cultura da gestão de Riscos em toda Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê Estatutário de Auditoria e Compliance

O Comitê de Auditoria e *Compliance* é responsável por:

- (a) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;
- (b) promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;
- (c) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (d) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (a) sua independência, (b) a qualidade dos serviços prestados e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (e) supervisionar o planejamento e a implementação de iniciativas da área de Auditoria Interna, bem como a instalação e as atividades da área de Auditoria Interna da Companhia (ou a contratação de auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função), monitorando e avaliando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- (f) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia;
- (g) analisar e revisar os relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, de modo a consolidar tais informações e reportar suas conclusões trimestralmente ao Conselho de Administração, incluindo sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia;
- (h) monitorar a criação de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possa influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (i) monitorar o cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (j) monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais, e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças em reunião da Diretoria para definição de plano de ação; e
- (k) monitorar os efeitos jurídicos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia relacionados aos riscos socioambientais nas atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de impactos negativos em reunião da Diretoria para definição de plano de ação.

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria, são responsáveis por:

- (a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- (b) comunicar, tempestivamente, à área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco;
- (c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos; e
- (d) em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*

A área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para o Conselho de Administração, é responsável por:

- (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) avaliar, ao menos uma vez ao ano, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o regular desempenho de suas atribuições;
- (c) administrar o sistema de gerenciamento de Risco, monitorando a execução dos planos de ação definidos pela Diretoria;
- (d) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- (e) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- (f) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (g) auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta quanto às diretrizes, à Matriz/Modelagem de Risco, aos limites de exposição, os impactos e o Limite (ou apetite) aos Riscos da Companhia;
- (h) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria;
- (i) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- (j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- (k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;
- (l) implantar o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como, realizar a fiscalização do cumprimento das disposições de tal código, prestando esclarecimentos aos Colaboradores sempre que necessário, e promovendo atividades para divulgação e treinamento dos Colaboradores;
- (m) elaborar as políticas e normas de conduta e anticorrupção para os Colaboradores, fornecedores e clientes, atuando ativamente na sua divulgação e conscientização junto aos respectivos públicos;
- (n) avaliar e auxiliar os Colaboradores na identificação de situações que representem ou aparentem representar um conflito de interesses;
- (o) auxiliar as demais áreas da Companhia na celebração de contratos com fornecedores;
- (p) receber denúncias encaminhadas e instaurar e conduzir processos de investigação independente para sua apuração;
- (q) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido;
- (r) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários e verificar regularmente o conhecimento por meio de exames de *compliance*;
- (s) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios;
- (t) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; e
- (u) conduzir investigações internas, quando necessário.

Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por:

- (a) elaborar um plano anual de auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (b) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos e controles internos da Companhia, sugerindo alterações à Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, quando necessário;
- (c) identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controles internos, riscos e *compliance* da Companhia;
- (d) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- (e) analisar os relatórios trimestrais produzidos pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; e apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado.

As atividades da área de Auditoria Interna poderão ser desempenhadas por auditor independente registrado na CVM contratado pela Companhia nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Área de Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação é responsável por:

- (a) acompanhar periodicamente a integridade do sistema de gravações telefônicas;
- (b) monitorar o procedimento de *backup*, sua execução e guarda;
- (c) efetuar a manutenção dos servidores e acompanhamento da capacidade dos mesmos
- (d) implementar melhorias nos sistemas; e
- (e) administrar acesso aos sistemas, e-mails, etc.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2021, os Riscos de Mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos Colaboradores e Terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- Risco de taxas de juros: é o risco de mudanças nas taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo atrelados a taxas variáveis, sendo que tal modificação podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado;
- Risco cambial: é o risco que existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de importações com fornecedores estrangeiros para revenda;

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa Administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estatutários, tributários, estratégicos, operacionais, financeiros, e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência. Nossa área de gerenciamento de riscos é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo, quando necessário, alterações ao Conselho de Administração, à diretoria financeira e ao Comitê de Auditoria e *Compliance*, que devem definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos, avaliando, quando necessário, mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas. Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê Estatutário de Auditoria e *Compliance* instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los. Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuímos uma estrutura de controles internos alinhados à nossa estrutura organizacional, descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência. Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, adotamos diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras. Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo. Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Além da controladoria, liderada por Lucas Neves, controller da Companhia, que é o departamento responsável pela elaboração, consolidação e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, são responsáveis pelo gerenciamento de riscos corporativos e controles internos: (i) o conselho de administração; (ii) o Comitê de Auditoria e *Compliance*; (iii) e a auditoria interna. A estrutura para elaboração de demonstrações financeiras bem como as estruturas de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

As funções de controles internos da Companhia foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas descritas abaixo, como o Comitê de Auditoria e *Compliance* e a auditoria interna, podem não estar plenamente operacionais até a data da Oferta. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia possui Conselho de Administração desde sua implementação e área de *Compliance* desde maio de 2019 (a qual foi incorporada pelo Comitê de Auditoria e *Compliance*), sendo que a composição de tais órgãos foi apenas alterada para atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os seus respectivos fluxos operacionais, estabelecendo a sua respectiva atribuição, limite de competência e responsabilidade. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (Diretores ou Gerentes) e pelos Gerentes de Auditoria Interna e de Controladoria. Esses colaboradores reportam qualquer anormalidade ao Comitê de Auditoria e *Compliance* e/ou à Diretoria de Relações com Investidores da nossa Companhia que, quando entender necessário, reporta ao Conselho de Administração. Adicionalmente, cabe à Diretoria de Relações com Investidores informar o mercado sobre quaisquer alterações sobre as atividades de controles internos, auditoria interna, gestão de riscos e compliance, nos termos da regulamentação aplicável. Ainda, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência. Ademais, todos os colaboradores devem cumprir as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, bem como zelar para seu cumprimento e conhecimento, não sendo tolerado o seu

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

descumprimento. Por fim, é obrigação de todos informar os riscos detectados podendo ser tal assunto remetido diretamente ao Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado dessa avaliação, foi identificada a seguinte deficiência significativa:

“A Kora vem efetuando aquisições relevantes, como parte de sua estratégia de crescimento. Essas aquisições são efetuadas entre partes independentes, a valor de mercado, e após as avaliações requeridas pelo IFRS3/ CPC 15, tem gerado ágio, que está devidamente registrado em seu balanço patrimonial.

A natureza do ágio é de ativo intangível de vida útil indeterminada. As práticas contábeis requerem que esse tipo de ativo seja testado para fins de impairment ao menos uma vez ao ano, ou antes, caso haja evidências de sua perda de valor. Solicitamos à Kora os cálculos de impairment para os ágios dos Hospitais Santa Úrsula e Cuiabá, que não haviam sido preparados. Após nossa solicitação, a Kora preparou esses cálculos, de maneira adequada e de acordo com os requisitos das práticas contábeis (CPC e IFRS)”.

O impacto desta conduta está na não aplicação das exigências contidas nas práticas contábeis e na potencial existência de impairment não avaliado pela administração, potencialmente acarretando em erro material nas demonstrações financeiras.

Os auditores recomendaram que a entidade mantenha um planejamento para: (i) identificar possíveis gatilhos de impairment ao longo do ano para efetuar os cálculos de impairment; (ii) se não houver gatilho de perda de valor, efetuar esses cálculos uma vez ao ano, em data determinada pela administração da Kora.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação à deficiência significativa apontada, a administração efetuou os cálculos de impairment para os ágios dos Hospitais Santa Úrsula e Cuiabá durante o decorrer da auditoria tendo sido adequadamente incluídos na nota explicativa correspondente das demonstrações financeiras divulgadas. A Companhia adotará procedimentos para realizar os testes de impairment em futuras eventuais aquisições e incluir o cálculo do eventual impacto nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Manual de *Compliance*, Código de Conduta Ética e demais políticas relacionadas.

Temos como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável na Companhia. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os Colaboradores e Terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o mesmo grupo econômico que a Companhia.

O nosso Código de Conduta Ética reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

Nosso Código de Conduta Ética também contém regras sobre imagem profissional dos colaboradores, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, sistemas e informação corporativa, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Segundo nosso Código de Conduta Ética, os Colaboradores e Terceiros devem observar e manter em seus negócios os melhores critérios de conduta profissional, em total respeito à legislação, regulamentação e ética das relações comerciais e dentre os princípios gerais de conduta, devem:

- Exercer suas atividades com boa fé, transparência, diligência e lealdade em relação aos seus Clientes, aos participantes do mercado e o público em geral;
- Cumprir todas as suas obrigações e empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas;
- Atuar sempre em defesa dos interesses do Grupo, mantendo sigilo sobre os negócios, operações e informações relevantes, informações confidenciais e privilegiadas a que tenham acesso, excetuadas as hipóteses em que a sua divulgação seja exigida por lei ou tenha sido expressamente autorizada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Denunciar tentativas de suborno, sabotagem, corrupção ou qualquer outro tipo de atitude antiéticas, ilegais ou desleais de que venha a tomar conhecimento ou ser vítima;
- Reconhecer os erros e/ou falhas cometidos e comunicar imediatamente ao superior imediato o qual deverá tomar todas as medidas necessárias para inibir, ou minimizar, as consequências e efeitos negativos do erro e/ou falha;
- Questionar as orientações contrárias aos princípios e valores expressos ou imanentes deste Código;
- Apresentar críticas e/ou sugestões visando a aprimorar a qualidade do trabalho, bem como otimizar os resultados do Grupo;
- Responder, perante as entidades reguladoras competentes, pelas atividades desenvolvidas;
- Exercer as atividades exclusivamente para o Grupo, assim consideradas aquelas relacionadas ao seu objeto social;
- Recusar-se a exercer atividades que dependam de autorização específica; e • Manter e promover a reputação do Grupo, dentro e fora do seu local e horário de trabalho, cumprindo integralmente as leis e este Código de Conduta Ética e demais requisitos regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, também possuímos um Manual de *Compliance* que visa garantir a permanente aderência da Companhia referente à sua atividade e aos padrões ético e profissional e deve ser cumprido pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções tenham acesso a informações relevantes sobre o Grupo Kora, seus clientes e estratégias.

Ainda, temos uma série de políticas internas próprias contendo regras sobre anticorrupção, brindes, presente e cortesias, treinamentos, relacionamento com agentes públicos, segurança da informação, *background check* e *due diligence* de terceiros.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <http://ri.korasaude.com.br/>

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria e *Compliance*, nosso Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, bem como nosso Canal de Denúncias.

O Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia é responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com as boas práticas, com o apoio e suporte da MCGC. São obrigações do Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, em conjunto com a MCGC, buscar que as atividades desempenhadas pela Companhia sejam exercidas de forma a: (a) assegurar que a linha de negócio opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (b) fazer interface com os órgãos reguladores, ambientais de vigilância e de fiscalização, com respeito às solicitações formais e promover ações corretivas no que for exigido; (c) desenvolver, implementar e atualizar políticas, procedimentos e processos para atender os requisitos de *Compliance*; (d) identificar as necessidades de treinamento e assegurar que todos os membros de staff realizaram os treinamentos necessários; (e) assegurar que a Companhia e seus membros de staff tenham todos os registros exigidos e licenças para conduzir seus negócios; (f) monitorar as atividades da Companhia de maneira proativa para detectar e prevenir violações potenciais às regras; (g) conduzir exames de *Compliance* regulares para assegurar que a Companhia esteja aderente a um nível satisfatório de *Compliance*; (h) conduzir investigações internas, quando necessário; (i) rever e aprovar material de marketing, notadamente aqueles que têm necessidade de divulgação; e (j) quando (e se houver) houver potencial quebra/violação de qualquer princípio, lei, regulamento ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

requisito legal por um Colaborador, o Responsável pela Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* deverá informar ao Conselho de Administração da Companhia.

A nossa Área de Geração de Riscos, Controles Internos e *Compliance* tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, contamos com o Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta Ética, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

O Canal de Denúncias também pode ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta Ética. Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Nosso Código de Conduta Ética é aplicável a todos os Colaboradores da Companhia e seu grupo econômico, bem como a todos os Terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com o Companhia e seu grupo econômico, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade que se encontram. Para fins do nosso Código de Conduta Ética são considerados: (i) Colaboradores: estagiários, trainees, voluntários, menores aprendizes, funcionários, administradores e acionistas; e (ii) Terceiros: corpo clínico, fornecedores, prestadores de serviço, agentes públicos, pacientes e acompanhantes.

A aplicação do Código de Conduta Ética conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia realiza, periodicamente, treinamento continuado destinado a seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes do Código de Conduta Ética, conforme os cargos ocupados e as funções desempenhadas por cada Colaborado, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Grupo Kora.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.*

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta Ética, o(s) Colaborador(es) ou Terceiros receberá(ão) as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do Colaborador (ou rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso), sem prejuízo de aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta Ética foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2021 e pode ser consultado no nosso website: <http://ri.korasaude.com.br/>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O Canal de Denúncias é interno, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima. Suspeitas de violação ao disposto no Código de Conduta Ética e nas Políticas Internas devem ser comunicadas por meio dos canais de comunicação disponíveis no Grupo.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao Canal de Denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes através do e-mail compliance@korasaude.com.br ou pelo telefone 0800 591 2643.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Conduta Ética estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Conduta Ética.

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta deverão ser realizadas pela nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética deverão ser realizadas pela nossa Área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, contamos com o auxílio de assessores jurídicos e financeiros para realização de processos de *due diligence* nas eventuais companhias envolvidas com o intuito de obter um *valuation* e mapear os eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas. Os assessores jurídicos e financeiros também auxiliam na recomendação de estrutura de operação mais adequada para cada processo envolvendo a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.4, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto (i) com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela CVM; e (ii) nossas Informações Trimestrais – ITR consolidadas revisadas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com a o NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela CVM.

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para (i) os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020; (ii) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas da Seção 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações apresentadas nesta Seção 10 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, acarretando em arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, os cálculos divergirem imaterialmente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As tabelas abaixo apresentam a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, considerando suas demonstrações financeiras:

(Em milhares de reais)	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	48.510	107.123	62.151	28.620
Margem EBITDA	22,4%	17,5%	14,1%	10,1%
EBITDA Ajustado	58.711	128.674	70.012	30.695
Margem EBITDA Ajustado	27,1%	21,0%	15,8%	10,8%
FCO Ajustado	28.867	81.599	21.331	15.747
Conversão de EBITDA	49,2%	63,4%	30,5%	51,3%
Lucro antes do resultado financeiro LTM	81.070	64.352	35.584	15.185
Lucro antes do resultado financeiro ajustado LTM	100.855	78.575	40.772	16.554
Capital Investido	551.376	510.472	326.984	154.957
Capital Investido Ajustado	311.157	269.185	104.646	57.956
ROIC LTM ⁽¹⁾ (%)	14,7%	12,6%	10,9%	9,8%
ROIC Ajustado LTM ⁽¹⁾ (%)	32,4%	29,2%	39,0%	28,6%
Dívida Bruta	458.289	431.620	240.242	145.286
Dívida Líquida	274.049	250.847	207.671	125.044

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

O crescimento de EBITDA em 2019 em relação a 2018 se deve, principalmente, ao efeito da aquisição do Hospital Metropolitano realizada em outubro de 2018. Com a presença da nova unidade de negócio na totalidade de um ano em 2019, observamos um aumento expressivo no EBITDA da Companhia saltando de R\$28,6 milhões em 2018 para R\$62,2 milhões em 2019. Esse aumento no EBITDA também é observado de 2019 para 2020, saindo de R\$ 62,2 milhões em 2019 para R\$107,1 milhões em 2020. Isso deve-se, sobretudo, a inclusão das aquisições do Hospital e Maternidade São Mateus (localizado em Cuiabá, estado do Mato Grosso) e da Maternidade Santa Úrsula (localizada em Vitória, estado do Espírito Santo). A Margem EBITDA apresenta melhora devido a uma otimização das operações provenientes das unidades de negócio que já possuía e das novas aquisições realizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conversão de EBITDA

Conversão de EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde, em termos percentuais, ao resultado da divisão do (i) FCO Ajustado do exercício pelo (ii) EBITDA Ajustado. A Conversão de EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Conversão de EBITDA elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza a Conversão de EBITDA para avaliar a capacidade de conversão em caixa do seu resultado operacional.

A conversão de EBITDA aumenta significativamente de 2019 para 2020 devido a consolidação das aquisições estratégicas ocorridas ao longo de 2018 e 2019, gerando tanto maior EBITDA, quanto maior fluxo de caixa operacional, saindo de um caixa gerado (aplicado) nas operações de R\$13,5 milhões em 2019 para R\$60,0 milhões em 2020. No primeiro trimestre de 2021, a conversão de EBITDA da Companhia manteve-se em patamar confortável, ficando em 49,2%

ROIC e ROIC LTM

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (Return on Invested Capital ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do lucro operacional antes do resultado financeiro (NOPAT) pelo capital investido. O capital investido, por sua vez, é a somatória do capital de giro, investimentos, imobilizado, intangível e outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. O capital de giro é obtido pela soma do contas a receber de clientes e demais contas a receber, estoques, no ativo circulante, deduzidos de fornecedores e outras obrigações imposto de renda e contribuição social a pagar, no passivo circulante. O ROIC LTM é uma medida não contábil calculada de forma similar ao ROIC, considerando o período acumulado dos últimos doze meses.

O ROIC e ROIC LTM não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

ROIC Ajustado e ROIC Ajustado LTM

ROIC Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde, em termos percentuais, à divisão do (i) lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, por itens não recorrentes, incluindo, (a) custos com combinações de negócios, (b) despesas relacionadas ao combate à pandemia do COVID-19, (c) despesas com partes relacionadas, (d) outras despesas não recorrentes e (e) efeito tributário da reversão dessas despesas; pelo Capital Investido Ajustado que é composto pelos (a) Capital Investido deduzido pelos (b) Investimentos em aquisições recentes e (c) parcela do ágio aproveitada fiscalmente. O ROIC Ajustado LTM é uma medida não contábil calculada de forma similar ao ROIC Ajustado, considerando o período acumulado dos últimos doze meses.

O ROIC Ajustado e o ROIC Ajustado LTM não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao ROIC Ajustado ou ROIC Ajustado LTM elaborado por outras empresas. A Companhia utiliza o ROIC Ajustado e ROIC Ajustado LTM para avaliar o retorno do capital investido nas operações.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

Observa-se um aumento na dívida bruta da companhia do período de três meses findo em 31 de março de 2021 para o mesmo período em 2020, principalmente devido a captação de novos recursos.

Observa-se um aumento na dívida bruta da companhia de 2018 para 2019, principalmente devido a primeira emissão de Debênture Privada Simples não conversíveis em ações em 8 de janeiro de 2019 através da controlada Hospital Meridional S.A. O aumento visto de 2019 para em 2020, deve-se essencialmente a realização de novas captações de financiamentos e empréstimos para suportar a estratégia de crescimento da Companhia.

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Acreditamos que a Companhia apresentou, nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	998.911	917.041	605.943	252.244
Capital próprio (patrimônio líquido)	196.617	184.408	68.496	22.017
Capital total (terceiros + próprio)	1.195.528	1.101.449	674.439	274.261
Parcela de capital de terceiros	83,6%	83,3%	89,8%	92,0%
Parcela de capital próprio	16,4%	16,7%	10,2%	8,0%

A Companhia, nos últimos três anos, aumentou a proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, balanceando os efeitos de aporte de capital da parte dos acionistas com o aumento do endividamento líquido. O aumento no capital se deve, principalmente, em razão dos investimentos para expansão de estrutura física e aquisição de novos ativos, com objetivo de crescimento de receitas e aumento de rentabilidade.

A Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações tendo em vista que apresenta índices em patamares similares às empresas comparáveis do setor. Adicionalmente, a estrutura de capital hoje permite que a Companhia cumpra todas as suas obrigações financeiras, incluindo o cumprimento dos covenants estabelecidos nos contratos de dívida.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

compromissos financeiros assumidos, haja vista que os índices de alavancagem e de cobertura de juros em 31 de março de 2021 era de 1,7x, evidenciando que a Companhia possui uma boa saúde financeira.

Além disso, os diretores da Companhia entendem que o índice de alavancagem e o índice de cobertura de juros permaneceram em níveis saudáveis ao longo os três últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os índices de alavancagem e de cobertura de juros da Companhia nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 estão demonstrados na tabela abaixo:

Índices	31 de março de
Consolidado	2021
Índice de alavancagem (1)	1,7x
Índice de cobertura de juros (2)	7,7x
(1) índice de alavancagem corresponde ao resultado da divisão do saldo da dívida líquida pelo EBITDA anualizado, conforme cláusulas contratuais. O EBITDA anualizado é o EBITDA Ajustado da companhia somado ao EBITDA anualizado das aquisições ocorridas ao longo de determinado exercício.	
(2) índice de cobertura de juros corresponde à divisão do EBITDA anualizado pela despesa financeira com juros (juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures).	

Os índices de alavancagem e de cobertura de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão demonstrados na tabela abaixo:

Índices	31 de dezembro de		
Consolidado	2020	2019	2018
Índice de alavancagem (1)	2,0x	2,8x	2,9x
Índice de cobertura de juros (2)	6,6x	3,6x	3,0x
(1) índice de alavancagem corresponde ao resultado da divisão do saldo da dívida líquida pelo EBITDA anualizado, conforme cláusulas contratuais. O EBITDA anualizado é o EBITDA Ajustado da companhia somado ao EBITDA anualizado das aquisições ocorridas ao longo de determinado exercício.			
(2) índice de cobertura de juros corresponde à divisão do EBITDA anualizado pela despesa financeira com juros (juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures).			

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) investimentos e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores reportaram que, em 31 de março de 2021, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$ 458,3 milhões (R\$ 431,6 milhões em 31 de dezembro de 2020), integralmente em Real e sendo 94,86% indexado ao CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou R\$274,0 milhões em 31 de março de 2021 (em comparação com uma dívida líquida de R\$ 250,8 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de março de 2021, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Instituição	Tipo	Taxa de Juros	Vencimento	Saldo em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Emissão de Debêntures	100% CDI + 2,55%	14/11/2025	90.057
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 2,55% a.a.	25/09/2025	16.796
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 3,08%	27/10/2025	9.768
Banco Santander (Brasil) S.A.	Cédula de Crédito Bancário de Capital de Giro	100% CDI 2,85% a.a	28/01/2026	70.000
Banco Santander (Brasil) S.A.	Cédula de Crédito Bancário de Capital	TJLP + 8,09% a.a.	11/10/2021	13.745
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 2,5%	02/09/2026	15.783
Banco Santander (Brasil) S.A.	Cédula de Crédito Bancário de Capital	100% CDI + 5,56%	10/10/2021	2.210
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 3,08%	25/11/2025	9.857
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 3,08%	25/11/2025	9.857
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Cédula de Crédito Comercial	7,6% a.a. e 8,24%	28/07/2026	6.286
Banco do Brasil S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 2,75%	20/09/2026	22.779
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 2,75%	14/10/2026	14.951
Cooperativa de Crédito dos Médicos, Outros Profissionais da Saúde e Empresários do Mato Grosso - Unicred Mato Grosso	Cédula de Crédito Bancário com Garantia de Alienação Fiduciária	100% CDI + 7,31%	01/10/2023	1.933
Banco Santander (Brasil) S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI+3,47%	08/08/2022	12.942
Itaú Unibanco S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI+3,10%	26/08/2025	25.037
Itaú Unibanco S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI+3,20%	26/08/2025	30.015
Itaú Unibanco S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI+3,08%	11/11/2025	60.180
Banco da Amazônia	Cédula de Crédito	TJLP + 2,30% a.a.	15/07/2025	1.788

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instituição	Tipo	Taxa de Juros	Vencimento	Saldo em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais)
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% DI + 3,08%	18/12/2025	9.790
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% DI + 3,08%	18/12/2025	9.790
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% DI + 3,08%	18/12/2025	9.790
Banco Bocom BBM S.A.	Cédula de Crédito Bancário	100% DI + 3,08%	18/12/2025	9.790
Caixa Econômica Federal	Cédula de Crédito Bancário	29,54% a.a.	20/08/2021	107
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 15,25%	20/09/2024	1.553
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Cédula de Crédito Bancário	20,84% a.a.	28/02/2025	984
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Cédula de Crédito Bancário	210% CDI	04/08/2025	203
Sicredi União MS e TO	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 7,44	09/07/2022	387
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 9,90	26/09/2022	446
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Alienação Fiduciária de Imóvel	100% CDI + 7,31	18/07/2028	478
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda	Cédula de Crédito Bancário	13,89%	30/08/2022	987
TOTAL				458.289

Os contratos financeiros da Companhia possuem *covenants* operacionais, financeiros, estatutários e ambientais. Dentre eles, destacam-se: (i) o requerimento e/ou decretação de falência da Companhia, bem como a sua insolvência ou de qualquer uma de suas subsidiárias, (ii) o protesto legítimo de título acima de quantia pré-fixada, (iii) a não manutenção, durante a vigência do contrato, dos índices financeiros da Companhia apurados anualmente acima de quociente previamente estipulado entre sua dívida bancária líquida por seu EBITDA Anualizado, (iv) a ocorrência de qualquer modificação do controle acionário direto ou indireto da Companhia, (v) o descumprimento à legislação socioambiental, (vi) a infração a qualquer cláusula presente no contrato, entre outros.

Os seguintes contratos financeiros da Companhia possuem disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado (*cross acceleration* e *cross default*):

- Cédula de Crédito Bancário nº 5650019
- Cédula de Crédito Bancário nº 83709/1
- Cédula de Crédito Bancário nº 602.265-0
- Instrumento Particular Da Primeira Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Da Espécie Quirografária, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Restritos De Distribuição, Do Hospital Meridional S.A.

- Cédula de Crédito Bancário de Capital de Giro nº270363817
- Cédula de Crédito Bancário nº 1024999
- Cédula de Crédito Bancário de Capital de Giro nº 270478716
- Cédula de Crédito Bancário nº 601.786
- Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro- Pós CDI nº 00333874300000006840
- Cédula de Crédito Bancário nº 602.570
- Cédula de Crédito Bancário nº 602.569
- Cédula de Crédito Bancário nº 2015/000039-1
- Cédula de Crédito Bancário nº 343.102.841
- Cédula de Crédito Bancário nº 601.878
- Cédula de Crédito Bancário nº 1030333 (1º Aditamento)
- Cédula de Crédito Bancário nº 100120110016900
- Cédula de Crédito Bancário nº 100120110017000

Dentre eles, destacam-se: (i) ocorrência em mora e/ou inadimplemento, ou ainda vencimento antecipado, de qualquer outra obrigação assumida perante o credor sob outros títulos ou contratos, ou perante qualquer outra instituição/empresa pertencente ao grupo econômico do credor, ou perante outras instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional; (ii) vencimento antecipado de quaisquer das obrigações pecuniárias com terceiros cujo o valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (iii) inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos e/ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documento e (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias com terceiros, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**1ª Emissão de Debêntures**

Em 08 de janeiro de 2019 o Hospital Meridional S.A. emitiu 10.000 (dez mil) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) e compondo o valor total da emissão de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos pelo emissor serão integralmente destinados para o refinanciamento do passivo financeiro e investimentos em expansão orgânica e via aquisições.

As debêntures têm prazo de 7 (sete) anos, contados da data da emissão, vencendo, portanto, em 14 de novembro de 2025. O valor nominal unitário não será atualizado monetariamente e, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Covenants

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com cláusulas financeiras restritivas que está vinculada a índices correspondentes com base na dívida líquida, EBITDA Anualizado e despesa financeira. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas de dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A descrição das cláusulas de *Covenants* financeiros dos principais contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020 segue abaixo:

(a) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Oliveira Trust”)

O Instrumento Particular de Emissão de Debêntures apresenta o seguinte índice financeiro:

- (i) A não observância, pela Emissora, durante toda a vigência da emissão, do índice de alavancagem abaixo indicado, a ser apurado por auditor independente registrado na CVM com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora, encerrados ao final de cada exercício social.
 - a. Para os anos de 2018 e 2019: Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinco décimos) vezes; e
 - b. Para os anos de 2020 (inclusive) até a data de vencimento: Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) vezes.

Para fins do Instrumento Particular de Emissão de Debêntures – Oliveira Trust:

- (i) Emissora – significa o Hospital Meridional S.A. controlada da Companhia
- (ii) Dívida Financeira Líquida – significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (iii) EBITDA Anualizado – significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

(b) Itaú Unibanco S.A. – “Itaú”

A cédula de crédito bancário apresenta o seguinte índice financeiro:

- (i) Se a emitente deixar de manter, durante a vigência do título, cumulativamente, os seguintes índices financeiros (“Covenants”) a serem apurados anualmente, no último dia do ano, com base no demonstrativo financeiro da emitente, a qual se obriga a entregá-los, sendo a primeira medição referente ao ano fiscal de 2020:
 - a. Se a emitente não mantiver o índice resultante do quociente entre sua Dívida Bancária Líquida por seu EBITDA Anualizado igual ou inferior a:
 - i. 3,8 (três vírgula oito) no exercício fiscal de 2020;
 - ii. 3,2 (três vírgula dois) no exercício fiscal de 2021;
 - iii. 3,0 (três vírgula zero) no exercício fiscal de 2022;
 - iv. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2023; e
 - v. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2024.
 - b. Se a emitente não mantiver o índice resultante do quociente entre seu EBITDA por sua Despesa Financeira Total igual ou superior a 3,5 (três vírgula cinco).

Para fins da cédula de crédito bancário – Itaú:

- (i) Emitente – significa a Companhia;
- (ii) Dívida Bancária Líquida – valor correspondente às somas das operações bancárias do cliente, incluindo desconto/antecipação de recebíveis (duplicatas, cheques e notas promissórias), adiantamento a depositantes, adiantamento a contratos de exportação (ACC e ACE), NCE, pré-pagamentos, capital de giro em geral em moeda nacional ou estrangeira, contas rotativas (contas garantidas, cheque especial), *vendor*, *comprar*, *leasing*, *finame*, *leaseback* e outras operações registradas no sistema de informação de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

crédito – SCR do Banco Central do Brasil, deduzidas das aplicações financeiras e disponibilidades.

- (iii) Despesa Financeira Total – são as despesas decorrentes de financiamentos e empréstimos contratados devido à necessidade de capital de giro ou do financiamento do ativo, bem como os valores pagos decorrentes de juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações;
- (iv) EBITDA Anualizado – corresponde ao lucro operacional relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data da apuração, excluindo: (i) despesas e receitas financeiras, (ii) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário e (iii) amortização e depreciação. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais da operação de tal aquisição ou contrato e as respectivas sinergias apuradas no processo de auditoria.

(c) Banco Bocom BBM S.A. – “BBM”

As cédulas de crédito bancário apresentam o seguinte índice financeiro:

- (i) Não atendimento dos índices financeiros abaixo até o vencimento da cédula de crédito bancário “CCB”, a ser apurado por auditor independente registrado na CVM com base nas Demonstrações Financeiras auditadas da avalista (Companhia) ao final de cada exercício:
 - a. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019: Dívida Líquida / EBITDA Anualizado menor ou igual a 3,5;
 - b. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, inclusive, até o vencimento da CCB: Dívida Líquida / EBITDA Anualizado menor ou igual a 3,0.

Para fins da cédula de crédito bancário – BBM:

- (i) Dívida Líquida – significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou do mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (iv) EBITDA Anualizado - significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da avalista Kora Saúde Participações S/A. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

(d) Banco Santander (Brasil) S.A. – “Banco Santander”

As cédulas de crédito apresentam os seguintes índices financeiros:

- (i) O cliente se obriga a respeitar, durante a vigência da cédula, o seguinte parâmetro financeiro, conforme os dados constantes em suas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas no encerramento anual de exercício, sob pena de o banco decretar o vencimento antecipado da cédula:
 - a. A razão entre Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado da Companhia, a ser apurada anualmente no mês de abril com base no balanço consolidado da Companhia, deverá ser: (i) igual ou menor a 3,5x no ano de 2019, e (ii) igual ou menor a 3,0x no ano de 2020 em diante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins da cédula de crédito bancário – Banco Santander

- (i) Dívida Financeira Líquida - significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou do mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (ii) EBITDA Anualizado - significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Meridional. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. A Companhia visa manter relações com as principais instituições financeiras do mercado de modo a ter uma ampla gama de possibilidades em operações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, as três instituições mais representativas entre os financiamentos da Companhia eram o Banco Itaú, Banco Bocom BBM e Banco Santander, em ordem decrescente.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real, flutuante e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei 11.101; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei 11.101; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* descritos na primeira parte deste item (f) e no item (i) nos termos repactuados, conforme descritos a seguir:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Oliveira Trust")

O Instrumento Particular de Emissão de Debêntures apresenta o seguinte índice financeiro:

- (ii) A não observância, pela Emissora, durante toda a vigência da emissão, do índice de alavancagem abaixo indicado, a ser apurado por auditor independente registrado na CVM com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora, encerrados ao final de cada exercício social.
 - a. Para os anos de 2018 e 2019: Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinco décimos) vezes; e
 - b. Para os anos de 2020 (inclusive) até a data de vencimento: Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) vezes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins do Instrumento Particular de Emissão de Debêntures – Oliveira Trust:

- (iii) Emissora – significa o Hospital Meridional S.A. controlada da Companhia
- (iv) Dívida Financeira Líquida – significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (v) EBITDA Anualizado – significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

Itaú Unibanco S.A. – “Itaú”

A cédula de crédito bancário apresenta o seguinte índice financeiro:

- (ii) Se a emitente deixar de manter, durante a vigência do título, cumulativamente, os seguintes índices financeiros (“Covenants”) a serem apurados anualmente, no último dia do ano, com base no demonstrativo financeiro da emitente, a qual se obriga a entregá-los, sendo a primeira medição referente ao ano fiscal de 2020:
 - a. Se a emitente não mantiver o índice resultante do quociente entre sua Dívida Bancária Líquida por seu EBITDA Anualizado igual ou inferior a:
 - i. 3,8 (três vírgula oito) no exercício fiscal de 2020;
 - ii. 3,2 (três vírgula dois) no exercício fiscal de 2021;
 - iii. 3,0 (três vírgula zero) no exercício fiscal de 2022;
 - iv. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2023; e
 - v. 2,5 (dois vírgula cinco) no exercício fiscal de 2024.
 - b. Se a emitente não mantiver o índice resultante do quociente entre seu EBITDA por sua Despesa Financeira Total igual ou superior a 3,5 (três vírgula cinco).

Para fins da cédula de crédito bancário – Itaú:

- (v) Emitente – significa a Companhia;
- (vi) Dívida Bancária Líquida – valor correspondente às somas das operações bancárias do cliente, incluindo desconto/antecipação de recebíveis (duplicatas, cheques e notas promissórias), adiantamento a depositantes, adiantamento a contratos de exportação (ACC e ACE), NCE, pré-pagamentos, capital de giro em geral em moeda nacional ou estrangeira, contas rotativas (contas garantidas, cheque especial), *vendor*, *comprar*, *leasing*, *finame*, *leaseback* e outras operações registradas no sistema de informação de crédito – SCR do Banco Central do Brasil, deduzidas das aplicações financeiras e disponibilidades.
- (vii) Despesa Financeira Total – são as despesas decorrentes de financiamentos e empréstimos contratados devido à necessidade de capital de giro ou do financiamento do ativo, bem como os valores pagos decorrentes de juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações;
- (viii) EBITDA Anualizado – corresponde ao lucro operacional relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data da apuração, excluindo: (i) despesas e receitas financeiras, (ii) receitas e despesas não recorrentes, incluindo despesas com projetos estratégicos com caráter extraordinário e (iii) amortização e depreciação. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais da operação de tal aquisição ou contrato e as respectivas sinergias apuradas no processo de auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Bocom BBM S.A. – “BBM”

As cédulas de crédito bancário apresentam o seguinte índice financeiro:

- (i) Não atendimento dos índices financeiros abaixo até o vencimento da cédula de crédito bancário “CCB”, a ser apurado por auditor independente registrado na CVM com base nas Demonstrações Financeiras auditadas da avalista (Companhia) ao final de cada exercício:
 - a. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019: Dívida Líquida / EBITDA Anualizado menor ou igual a 3,5;
 - b. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, inclusive, até o vencimento da CCB: Dívida Líquida / EBITDA Anualizado menor ou igual a 3,0.

Para fins da cédula de crédito bancário – BBM:

- (ii) Dívida Líquida – significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou do mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (iii) EBITDA Anualizado - significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da avalista Kora Saúde Participações S/A. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

Banco Santander (Brasil) S.A. – “Banco Santander”

As cédulas de crédito apresentam os seguintes índices financeiros:

- (ii) O cliente se obriga a respeitar, durante a vigência da cédula, o seguinte parâmetro financeiro, conforme os dados constantes em suas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas no encerramento anual de exercício, sob pena de o banco decretar o vencimento antecipado da cédula:
 - a. A razão entre Dívida Financeira Líquida/EBITDA Anualizado da Companhia, a ser apurada anualmente no mês de abril com base no balanço consolidado da Companhia, deverá ser: (i) igual ou menor a 3,5x no ano de 2019, e (ii) igual ou menor a 3,0x no ano de 2020 em diante.

Para fins da cédula de crédito bancário – Banco Santander

- (iii) Dívida Financeira Líquida - significa o somatório resultante da soma de empréstimos, financiamentos, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou do mercado de capitais que possuam valor utilizado em aberto, e da subtração de caixa e equivalentes.
- (iv) EBITDA Anualizado - significa o lucro operacional antes de despesas e receitas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Meridional. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será anualizado, isto é, considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo seguem os índices apurados pela Companhia nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 :

Índices	31 de março de 2021
Consolidado	
Índice de alavancagem (1)	1,7x
Índice de cobertura de juros (2)	7,7x
(1) índice de alavancagem corresponde ao resultado da divisão do saldo da dívida líquida pelo EBITDA anualizado, conforme cláusulas contratuais. O EBITDA anualizado é o EBITDA Ajustado da companhia somado ao EBITDA anualizado das aquisições ocorridas ao longo de determinado exercício.	
(2) índice de cobertura de juros corresponde à divisão do EBITDA anualizado pela despesa financeira com juros (juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures).	

Abaixo seguem os índices apurados pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais:

Índices	31 de dezembro de 2020	2019	2018
Consolidado			
Índice de alavancagem (1)	2,0x	2,8x	2,9x
Índice de cobertura de juros (2)	6,6x	3,6x	3,0x
(1) índice de alavancagem corresponde ao resultado da divisão do saldo da dívida líquida pelo EBITDA anualizado, conforme cláusulas contratuais. O EBITDA anualizado é o EBITDA Ajustado da companhia somado ao EBITDA anualizado das aquisições ocorridas ao longo de determinado exercício.			
(2) índice de cobertura de juros corresponde à divisão do EBITDA anualizado pela despesa financeira com juros (juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures).			

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31/03/2021	AV%	Em 31/03/2020	AV%	AH%
Receita líquida de contratos com clientes	216.582	100%	139.803	100%	54,9%
Custo dos serviços prestados	(152.693)	-70,5%	(104.851)	-75%	45,6%
Lucro bruto	63.889	29,5%	34.952	25%	82,8%
Despesas gerais e administrativas	(20.853)	-9,6%	(20.472)	-14,6%	1,9%
Outras receitas (despesas)	(3.349)	-1,5%	(1.384)	-1%	142%
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	488	0,2%	352	0,3%	38,6%
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos sobre o lucro	40.175	18,5%	13.448	9,6%	198,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(14.980)	-6,9%	(11.392)	-8,1%	31,5%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.195	11,6%	2.056	1,5%	1125,4%
Imposto de renda e contribuição social	(11.086)	-5,1%	(1.077)	-0,8%	929,3%
Lucro (prejuízo) do período	14.109	6,5%	979	0,7%	1341,2%

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020***Receita líquida de contratos com clientes***

A receita líquida de contratos com clientes no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 216,582 milhões comparativamente a R\$ 139,803 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 76,779 milhões ou 54,9% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento deve-se a aquisição do Hospital Santa Thereza, UTI Santa Thereza e Hospital Palmas Medical, bem como pelo aumento da taxa de ocupação e atendimentos nos hospitais da Companhia, frente ao crescimento da propagação da Covid-19.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 63,889 milhões comparativamente a R\$ 34,952 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 28,937 milhões ou 82,8% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento deve-se ao aumento substancial da receita líquida de contratos com clientes da Companhia, compensados em parte pelo aumento dos custos com a aquisição do Hospital Santa Thereza, UTI Santa Thereza e Hospital Palmas Medical. Adicionalmente, ocorreu o aumento do número de funcionários contratados, bem como do custo com materiais hospitalares e medicamentos, de honorários médicos, serviços de terceiros; devido a maior demanda a pacientes Covid-19.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram de R\$ 20,853 milhões comparativamente a R\$ 20,472 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 381 mil ou 1,9% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, demonstrando a capacidade da Companhia de manter suas despesas estabilizadas mesmo em um cenário de forte crescimento.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram de R\$ 3,349 milhões comparativamente a R\$ 1,384 milhão no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 1,965 milhão ou 142,0% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram de R\$ 14,980 milhões comparativamente a R\$ 11,392 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 3,588 milhões ou 31,5% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento deve-se ao aumento do nível de endividamento da Companhia e do passivo de arrendamento, decorrente de novos contratos de aluguel de imóveis celebrados nas aquisições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 25,195 milhões comparativamente a R\$ 2,056 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 23,139 milhões ou 1.125,4% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento deve-se pelo aumento substancial das receitas líquidas com clientes alinhado ao controle dos custos e despesas da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 11,086 milhões comparativamente a R\$ 1,077 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 10,009 milhões ou 929,3% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social do período.

Lucro (prejuízo) do exercício

O Lucro do exercício no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 14,109 milhões comparativamente a R\$ 979 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 13,130 milhões ou 1.341,2% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento de receita no período e pelo controle dos custos e despesas.

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH% 2020x 2019	AH% 2019 2018	x
Receita líquida de contratos com clientes	612.287	100,0%	442.035	100,0%	284.189	100,0%	38,5%	55,5%	
Custo dos serviços prestados	(455.563)	-74,4%	(313.358)	-70,9%	(205.044)	-72,2%	45,4%	52,8%	
Lucro bruto	156.724	25,6%	128.677	29,1%	79.145	27,8%	21,8%	62,6%	
Despesas gerais e administrativas	(82.590)	-13,5%	(70.530)	-16,0%	(42.461)	-14,9%	17,1%	66,1%	
Outras receitas (despesas)	5.095	0,8%	(12.205)	-2,8%	(14.544)	-5,1%	N/A	-16,1%	
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(95)	-0,0%	17	0,0%	(2)	-0,0%	-658,8%	N/A	
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos sobre o lucro	79.134	12,9%	45.959	10,4%	22.138	7,8%	72,2%	107,6%	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(46.812)	-7,6%	(37.911)	-8,6%	(13.144)	-4,6%	23,5%	188,4%	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.322	5,3%	8.048	1,8%	8.994	3,2%	301,6%	-10,5%	
Imposto de renda e contribuição social	(14.782)	-2,4%	(10.375)	-2,3%	(6.953)	-2,4%	42,5%	49,2%	
Lucro (prejuízo) do exercício	17.540	2,9%	(2.327)	-0,5%	2.041	0,7%	N/A	-214,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita líquida de contratos com clientes

A receita líquida de contratos com clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 612,287 milhões comparativamente a R\$ 442,035 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 170,252 milhões ou 38,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de leitos hospitalares, em especial devido às aquisições do Hospital e Maternidade São Mateus, em Cuiabá (MT), e da Maternidade Santa Úrsula, em Vitória (ES), em outubro e novembro de 2019, respectivamente, além da expansão orgânica do Hospital Metropolitano, concluída em outubro de 2020. Além disso, a Diretoria teve êxito em negociar incrementos de tabela junto às fontes pagadoras ao longo dos últimos anos, o que contribuiu para aumentar o ticket médio por paciente. Por fim, é importante ressaltar que o aumento dos serviços de não internação como oncologia, imagem e laboratório também contribuíram de maneira significativa para o aumento de receita da Companhia.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$156,724 milhões comparativamente a R\$ 128,677 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$28,047 milhões ou 21,8%. Lucro bruto representou 25,6% e 29,1% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. O aumento no lucro bruto é atribuído substancialmente ao crescimento de receita líquida de contratos com clientes, parcialmente compensado pela redução da margem bruta no período, consequência do aumento de custos de materiais e medicamentos decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-19. Além disso, custos com pessoal foram afetados negativamente pela pandemia, uma vez que foram necessárias diversas novas contratações para suportar a maior quantidade de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) e o nível de absenteísmo da Companhia cresceu, gerando contratações emergenciais temporárias e aumento do número de horas extras.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 82,590 milhões comparativamente a R\$ 70,530 milhões no exercício de 2019, o que representou um acréscimo de despesas de R\$ 12,060 milhões ou 17,1%. As Despesas gerais e administrativas representaram 13,5% e 16,0% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento das despesas com serviços de terceiros, bem como ao maior impacto da amortização no custo dos serviços. O ganho de margem foi decorrente sobretudo aos ganhos de escala na rubrica de pessoal.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram positivas de R\$ 5,095 milhões comparativamente aos valores negativos de R\$ 12,205 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação positiva de R\$ 17,300 milhões. Outras receitas (despesas) representaram 0,8% e -2,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao impacto positivo da liquidação de recebíveis com operadoras de saúde.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram negativas no valor de R\$46,812 milhões comparativamente a um resultado negativo de R\$ 37,911 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$ 8,901 milhões ou 23,5%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -7,6% e -8,6% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nível de endividamento da Companhia e do passivo de arrendamento, decorrente de novos contratos de aluguel de imóveis celebrados nas aquisições.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 32,322 milhões comparativamente a R\$ 8,048 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$24,274 milhões ou 301,6%. O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 5,3% e 1,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à diluição de despesas gerais e administrativas decorrentes dos ganhos de escala na rubrica de pessoal.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$14,782 milhões comparativamente a R\$ 10,375 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$4,407 milhões ou 42,5%. Imposto de renda e contribuição social representaram -2,4% e -2,3% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento, em valor absoluto, é atribuído substancialmente ao aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social do período.

Lucro (prejuízo) do exercício

O Lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 17,540 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 2,327 milhões no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$19,867 milhões. O Lucro (prejuízo) do exercício representou 2,9% e -0,5% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à diluição de despesas gerais e administrativas decorrentes do crescimento de receita.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita líquida de contratos com clientes

A Receita líquida de contratos com clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 442,035 milhões comparativamente a R\$ 284,189 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$ 157,846 milhões ou 55,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de leitos hospitalares com a aquisição do Hospital Metropolitano, ocorrida em novembro de 2018, e pelas expansões orgânicas realizadas. Além disso, o ticket médio por paciente aumentou em decorrência do aumento do serviço de oncologia da Companhia.

Lucro bruto

O Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$128,677 milhões comparativamente a R\$79,145 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$49,532 milhões ou 62,6%. O Lucro bruto representou 29,1% e 27,8% da receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de Receita líquida de contratos com clientes e da margem bruta no período, consequência dos ganhos de escala na rubrica de pessoal advindos das sinergias de aquisições anteriores.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 70,530 milhões comparativamente a R\$ 42,461 milhões no exercício de 2018, o que representou um incremento de despesas de R\$ 28,069 milhões ou 66,1%. As Despesas gerais e administrativas representaram -16,0% e -14,9% da Receita líquida de contratos com clientes nos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas com pessoal, realizadas para fortalecer a equipe de gestão da Companhia e prepará-la para o crescimento projetado.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram negativas em R\$12,205 milhões comparativamente a um valor negativo de R\$ 14,544 milhões no exercício de 2018, o que representou uma diminuição de R\$ 2,339 milhões ou -16,1%. As Outras receitas (despesas) representaram -2,8% e -5,1% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à reclassificação dos pagamentos de arrendamentos operacionais, que, em 2019, passaram a ter um tratamento contábil diferente, segundo a norma IFRS 16.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

As Receitas (despesas) financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram negativas no valor de R\$ 37,911 milhões comparativamente a um valor negativo de R\$13,144 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação de R\$24,767 milhões ou 188,4%. As receitas (despesas) financeiras, líquidas representaram -8,6% e -4,6% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído ao aumento no nível de endividamento da Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8,048 milhões comparativamente a R\$ 8,994 milhões no exercício de 2018, o que representou uma variação negativa de R\$0,946 milhões ou -10,5%. O Lucro (antes do imposto de renda e da contribuição social representou 1,8% e 3,2% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento dos custos dos serviços prestados e de despesas gerais e administrativas frente ao crescimento de receita.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 10,375 milhões comparativamente a R\$ 6,953 milhões no exercício de 2018, o que representou um incremento de despesa de R\$3,422 milhões ou 49,2%. A despesa com Imposto de renda e contribuição social representou -2,3% e -2,4% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento se deu em função do crescimento da base tributável.

Lucro (prejuízo) do exercício

O Prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,327 milhões comparativamente a um lucro de R\$ 2,041 milhões no exercício de 2018, o que representou uma queda de R\$4,368 milhões. O Lucro (prejuízo) do exercício representou -0,5% e 0,7% da Receita líquida de contratos com clientes nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	Em 31/03/202 1	AV%	Em 31/12/202 0	AV%	Em 31/12/201 9	AV%	Em 31/12/201 8	AV%	AH 31 MARÇO - 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Circulante	449.306	37,6%	399.968	36,3%	175.888	26,1%	109.826	40,0%	12,3%	127,4%	60,2%
Caixa e equivalentes de caixa	184.240	15,4%	180.773	16,4%	32.571	4,8%	20.242	7,4%	1,9%	455,0%	60,9%
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	217.876	18,2%	182.074	16,5%	113.485	16,8%	77.761	28,4%	19,7%	60,4%	45,9%
Estoques	34.654	2,9%	29.443	2,7%	13.396	2,0%	8.027	2,9%	17,7%	119,8%	66,9%
Outros ativos circulantes	12.536	1,0%	7.678	0,7%	16.436	2,4%	3.796	1,4%	63,3%	-53,3%	333,0%
Não Circulante	746.222	62,4%	701.481	63,7%	498.551	73,9%	164.435	60,0%	6,4%	40,7%	203,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.614	4,5%	52.665	4,8%	8.954	1,3%	5.020	1,8%	1,8%	488,2%	78,4%
Outros ativos não circulantes	14.679	1,2%	14.845	1,3%	12.415	1,8%	14.711	5,4%	-1,1%	19,6%	-15,6%
Investimentos	5.786	0,5%	5.298	0,5%	5.393	0,8%	615	0,2%	9,2%	-1,8%	776,9%
Imobilizado	116.559	9,7%	100.264	9,1%	59.011	8,7%	43.674	15,9%	16,3%	69,9%	35,1%
Intangível	295.138	24,7%	296.895	27,0%	227.001	33,7%	100.415	36,6%	-0,6%	30,8%	126,1%
Ativos de direito de uso	260.446	21,8%	231.514	21,0%	185.777	27,5%	-	0,0%	12,5%	24,6%	0,0%
Total do Ativo	1.195.528	100,0%	1.101.449	100,0%	674.439	100,0%	274.261	100,0%	8,5%	63,3%	145,9%
PASSIVO											
Circulante	262.183	21,9%	292.957	26,6%	167.648	24,9%	143.677	52,4%	-10,5%	74,7%	16,7%
Fornecedores e outras obrigações	123.999	10,4%	100.486	9,1%	74.630	11,1%	59.108	21,6%	23,4%	34,6%	26,3%
Contas a pagar por aquisição	298	0,0%	593	0,1%	6.395	0,9%	-	0,0%	-49,7%	-90,7%	0,0%
Empréstimos	83.749	7,0%	136.961	12,4%	52.053	7,7%	83.561	30,5%	-38,9%	163,1%	-37,7%
Passivos de arrendamento	31.694	2,7%	30.111	2,7%	24.048	3,6%	-	0,0%	5,3%	25,2%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.913	0,7%	13.894	1,3%	7.645	1,1%	491	0,2%	-35,9%	81,7%	1457,0%
Passivos relacionados a contratos com clientes	9.098	0,8%	6.480	0,6%	2.448	0,4%	60	0,0%	40,4%	164,7%	3980,0%
Dividendos Propostos	4.432	0,4%	4.432	0,4%	429	0,1%	457	0,2%	0,0%	933,1%	-6,1%
Passivo não circulante	736.728	61,6%	624.084	56,7%	438.295	65,0%	108.567	39,6%	18,0%	42,4%	303,7%
Empréstimos	374.540	31,3%	294.659	26,8%	188.189	27,9%	61.725	22,5%	27,1%	56,6%	204,9%
Passivos de arrendamento	251.210	21,0%	221.986	20,2%	175.162	26,0%	-	0,0%	13,2%	26,7%	0,0%
Contas a pagar por aquisição	48.856	4,1%	47.561	4,3%	28.541	4,2%	7.836	2,9%	2,7%	66,6%	264,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.068	1,8%	17.959	1,6%	16.210	2,4%	13.778	5,0%	17,3%	10,8%	17,7%
Outras obrigações	23.356	2,0%	24.841	2,3%	20.929	3,1%	21.028	7,7%	-6,0%	18,7%	-0,5%
Provisões	17.698	1,5%	17.078	1,6%	9.264	1,4%	4.200	1,5%	3,6%	84,3%	120,6%
Total do	998.911	83,6%	917.041	83,3%	605.943	89,8%	252.244	92,0%	8,9%	51,3%	140,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Em 31/03/2021	AV%	Em 31/12/2020	AV%	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH 31 MARÇO - 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
passivo											
Total do patrimônio líquido	196.617	16,4%	184.408	16,7%	68.496	10,2%	22.017	8,0%	6,6%	169,2%	211,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.195.528	100,0%	1.101.449	100,0%	674.439	100,0%	274.261	100,0%	8,5%	63,3%	145,9%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Ativo*****Caixa e Equivalentes de Caixa***

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2021 foi de R\$ 184,240 milhões comparativamente a R\$ 180,773 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 3,467 milhões ou 1,9% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se a à variação da geração de caixa líquido das atividades operacionais.

Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber em 31 de março de 2021 foi de R\$ 217,876 milhões comparativamente a R\$ 182,074 milhões em 31 de dezembro de 2020 o que representou uma variação de R\$ 35,802 milhões ou 19,7% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao maior volume de receita realizado no primeiro trimestre de 2021.

Estoque

O saldo de estoques em 31 de março de 2021 foi de R\$ 34,654 milhões comparativamente a R\$ 29,443 milhões em 31 de dezembro de 2020 o que representou uma variação de R\$ 5,211 milhões ou 17,7% em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente a materiais e medicamentos, impulsionado pelo maior volume de serviços prestados no primeiro trimestre.

Imobilizado

O saldo de imobilizado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 116,559 milhões comparativamente a R\$ 100,264 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 16,295 milhões ou 16,3% em relação a 31 de dezembro de 2020. No primeiro trimestre de 2021, a Kora adquiriu R\$ 11 milhões em equipamentos e R\$ 8 milhões em obras em andamento para abertura dos novos leitos nos hospitais da Rede.

Intangível

O saldo de intangível em 31 de março de 2021 foi de R\$ 295,138 milhões comparativamente a R\$ 296,895 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1,757 milhão ou 0,6% em relação a 31 de dezembro de 2020.

Ativos de Direito de Uso

O saldo de ativos de direito de uso em 31 de março de 2021 foi de R\$ 260,446 milhões comparativamente a R\$ 231,514 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 28,932 milhões ou 12,5% em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se aos ajustes por remensuração pois os contratos de arrendamento são reajustados anualmente, considerando taxas do IGP-M ou do IPCA.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo*****Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)***

O saldo da conta em 31 de março de 2021 foi de R\$ 147,355 milhões comparativamente a R\$ 125,327 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 22,028 milhões ou 17,6% em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao Contas a Pagar aos fornecedores que possui saldo de R\$ 67,648 milhões no primeiro trimestre de 2021, variando R\$ 12,580 milhões em relação a dezembro de 2020. A Companhia contém saldos com fornecedores no país, que fornecem substancialmente materiais, medicamentos e serviços hospitalares. As operações são efetuadas em condições normais de mercado, com prazos entre 30 e 60 dias. Esse aumento também deve-se as obrigações sociais e trabalhistas.

Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante em 31 de março de 2021 foi de R\$ 49,154 milhões comparativamente a R\$ 48,154 milhões em 31 de dezembro de 2020 o que representou uma variação de R\$ 1,000 milhão ou 2,1% em relação a 31 de dezembro de 2020. As contas a pagar por aquisições de hospitais referem-se ao saldo remanescente das considerações relativas às aquisições efetuadas.

Empréstimos (circulante e não circulante)

O saldo da conta em 31 de março de 2021 foi de R\$ 458,289 milhões comparativamente a R\$ 431,620 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 26,669 milhões ou 6,2% em relação a 31 de dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, a Companhia efetuou a captação de R\$ 70 milhões, com prazo de 5 anos, com o banco Santander, principalmente para pagamento de empréstimos de curto prazo tomados em março de 2020, no auge da pandemia, no valor de R\$ 30 milhões (Banco ABC e Banco Santander). O valor remanescente será usado na expansão dos hospitais no Espírito Santo (*brownfields*).

Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de março de 2021 foi de R\$ 282,904 milhões comparativamente a R\$ 252,097 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 30,807 milhões ou 12,2% em relação ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de março de 2021 foi de R\$ 196,617 milhões comparativamente a R\$ 184,408 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$ 12,209 milhões ou 6,6% em relação a 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente pela reserva de lucros que é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável, e outros resultados abrangentes.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**Ativo*****Caixa e Equivalentes de Caixa***

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 455,0%, de R\$32,571 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$180,773 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, à variação da geração de caixa líquido das atividades operacionais de R\$25,312 milhões e ao aporte dos acionistas nesse exercício. Além disso, a Companhia também efetuou captações de empréstimos para fortalecer seu caixa frente às expectativas de investimentos futuras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber aumentou 60,4%, de R\$113,485 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$182,074 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento dessa rubrica foi impactado principalmente pelas aquisições efetuadas pela Companhia do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza, em Palmas, no quarto trimestre de 2020, momento em que houve a absorção do contas a receber dessas operações.

Estoques

O saldo de estoques aumentou 119,8%, ou R\$16,047 milhões, de R\$13,396 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$29,443 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, às compras extraordinárias para atendimento de demandas específicas ocasionadas pelos efeitos da pandemia do COVID-19. As aquisições dos hospitais em Palmas no último trimestre de 2020 também contribuiu positivamente para esse aumento.

Imobilizado

O saldo de imobilizado aumentou 69,9%, ou R\$41,253 milhões, de R\$59,011 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$100,264 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, em parte, à aquisição de um Sistema Cirúrgico Robótico da Vinci, pelo valor de R\$19,993 milhões em 2020, através da controlada Hospital Meridional S.A.

Intangível

O saldo de intangível aumentou 30,8%, ou R\$69,894 milhões, de R\$227,001 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$296,895 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi principalmente, devido à aquisição do Hospital Palmas Medical (ágio de R\$39,377milhões) e aquisição do Hospital Santa Thereza, com ágio reconhecido de R\$27,148 milhões.

Ativos de Direito de Uso

O saldo de ativos de direito de uso aumentou 24,6%, ou R\$45,737 milhões, de R\$185,777 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$231,514 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento dessa rubrica foi impactado principalmente pelas aquisições efetuadas pela Companhia do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza no quarto trimestre de 2020, contribuindo para o aumento do saldo de ativo de direito de uso em 2020.

Passivo

Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2020 era de R\$125.327 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 apresentava R\$95,559 milhões. O aumento de 31,2% envolve principalmente os fornecedores da Companhia de materiais, medicamentos e serviços hospitalares. Esse impacto foi causado tanto pelo aumento da compra de materiais e medicamentos relacionados ao COVID-19 quanto pela absorção das operações em Palmas no quarto trimestre de 2020.

Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou 38%, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$34,936 milhões e, em 31 de dezembro de 2020 de R\$48,154 milhões. Tal aumento deve-se às aquisições realizadas do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos (circulante e não circulante)

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$240,242 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$431,620 milhões, aumentando em 79,7%. O aumento dos empréstimos foi ocasionado pela necessidade de (i) pagamento das aquisições realizadas em 2020; (ii) investimentos na infraestrutura atual e expansão da Companhia; e (iii) reforço da posição de caixa para combater a pandemia

Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$252,097 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$199,210 milhões, aumentando em 26,5%. Tal variação é devida principalmente pela adição dos hospitais adquiridos em 2020.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$184,408 milhões, em comparação com R\$68,496 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$115,912 milhões ou 169,2%, deu-se principalmente pelo aumento nas reservas de capital, resultado dos aumentos de capital dos acionistas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 60,9%, ou R\$12,329 milhões, de R\$20,242 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$32,571 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo de caixa aumentou devido à obtenção de empréstimos e aos aportes realizados pelos acionistas nesse exercício.

Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

O saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber aumentou 45,9%, de R\$77,761 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$113,485 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi devido principalmente à aquisição de hospitais nesse exercício.

Estoques

O saldo de estoques aumentou 66,9%, ou R\$5,369 milhões, de R\$8,027 milhões em 31 de dezembro de 2018, para de R\$13,396 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do estoque de material hospitalar e medicamentos em R\$4,143 milhões. Parte desse aumento foi consequência das aquisições realizadas no período.

Imobilizado

O saldo de imobilizado aumentou 35,1%, ou R\$15,337 milhões, de R\$43,674 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$59,011 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi uma consequência direta das aquisições realizadas nesse exercício.

Intangível

O saldo de intangível aumentou 126,1%, ou R\$126,586 milhões, de R\$100,415 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$227,001 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi principalmente, devido à aquisição do Hospital e Maternidade São Mateus (ágio de R\$92,310 milhões) e aquisição da Maternidade Santa Úrsula, com ágio reconhecido de R\$19,425 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos de Direito de Uso

O saldo de ativos de direito de uso era de R\$185,777 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, não fora contabilizado qualquer valor em tal rubrica, dado que a Companhia adotou o IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando, portanto, as determinações do IFRS 16 aos arrendamentos existentes em 1º de janeiro de 2019.

Passivo

Fornecedores e outras obrigações (circulante e não circulante)

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2018 era de R\$80,136 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2019 apresentava R\$95,559 milhões. Esse aumento é explicado majoritariamente pela aquisição de dois novos hospitais no exercício.

Contas a pagar por aquisição (circulante e não circulante)

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou 346%, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$34,936 milhões e, em 31 de dezembro de 2018 de R\$7,836 milhões. Tal aumento deve-se às aquisições efetuadas durante o exercício social.

Empréstimos (circulante e não circulante)

O saldo da conta de Empréstimos, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$240,242 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$145,286 milhões, aumentando em 65,4%. O aumento do endividamento ocorreu principalmente para financiar parcialmente as aquisições efetuadas nesse exercício.

Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)

O saldo dos Passivos de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$199,210 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2018 não havia saldo nesta conta. Tal variação é devida principalmente pela adição por novos contratos e pelos juros provisionados.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$68,496 milhões, em comparação com R\$22,017 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$46,479 milhões ou 211,1%, deu-se principalmente pelo aumento nas reservas de capital, resultado dos aumentos de capital dos acionistas para aquisição de novos hospitais.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(2.867)	17.284	25.312	(53.069)	(7.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(20.534)	(9.107)	(106.910)	(115.714)	(65.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	26.868	22.911	229.800	181.112	70.803
Aumento (redução) de caixa e equivalentes decaixa	3.467	31.088	148.202	12.329	(2.435)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020*****Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais***

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$2,867 milhões comparativamente ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 17,284 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 20,151 milhões ou 116,6% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Essa redução deve-se principalmente ao Contas a Receber, devido a incorporação da rede hospitalar de Palmas - TO, adquirido em novembro de 2020 (Hospital Santa Thereza, UTI Santa Thereza e Hospital Palmas Medical).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 20,534 milhões comparativamente a R\$ 9,107 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 11,427 milhões ou 125,5% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Essa variação deve-se principalmente à aquisição de Imobilizado, pois no primeiro trimestre de 2021 a Kora adquiriu R\$ 11 milhões em equipamentos e R\$ 8 milhões em obras em andamento para abertura de novos leitos nos hospitais da Rede.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 26,868 milhões comparativamente a R\$ 22,911 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 3,957 milhões ou 17,3% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2020. Esse aumento deve-se a uma captação efetuada pela Compainha de R\$ 70 milhões com prazo de 5 anos com o banco Santander, principalmente para pagamento de empréstimos de curto prazo tomados em março de 2020, no auge da pandemia, no valor de R\$ 30 milhões (Banco ABC e Banco Santander). O valor remanescente será utilizado na expansão dos hospitais no Espírito Santo (Brownfields).

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$25,312 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao valor negativo de R\$53,069 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$78,381 milhões, é justificada principalmente pelo maior lucro operacional no período, pelos ganhos nas variações do capital de giro e pela redução de juros pagos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou um valor de R\$106,910 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de caixa de R\$115,714 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução, em valor absoluto, de R\$8,804 milhões, ou 7,6%, é justificada pelo menor desembolso com aquisição de controladas.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$229,800 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$181,112 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$48,688 milhões, ou 26,9%, é justificada pelos maiores montantes de captação de empréstimos e de aporte de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018*****Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais***

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$53,069 milhões negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$7,255 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento, em valor absoluto, de R\$45,814 milhões, é justificado pelo aumento nos juros pagos no exercício findo em 2019 em comparação a 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$115,714 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$65,983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento, em valor absoluto, de R\$49,731 milhões, ou 75,4%, é justificado pelo maior desembolso com aquisição de controladas.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$181,112 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de R\$70,803 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$110,309 milhões, ou 155,8%, é justificado pela maior captação de empréstimos no período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, e consequentemente de suas operações nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, correspondeu à participação societária em sociedades não financeiras. Por meio do controle de unidades hospitalares, a Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços hospitalares de excelência, concentrados, principalmente, no Estado do Espírito Santo e no Estado do Mato Grosso. Ainda, em 2020, a Companhia expandiu suas atividades para a região Norte por meio da aquisição de dois hospitais de referência na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Os componentes relevantes de receita da Companhia e suas controladas correspondem aos recursos gerados por meio de atividades de prestação de serviços médicos de excelência nas áreas de (i) atendimento hospitalar, (ii) atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, (iii) laboratórios clínicos, (iv) serviços de tomografia, (v) serviços de ressonância, (vi) serviços de diagnóstico por imagem, (vii) serviços de bancos de células e tecidos humanos, (viii) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica, (ix) atividades de enfermagem, (x) serviços e procedimentos oncológicos, entre outros.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, descontos, abatimentos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. Além da receita operacional, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os diretores da Companhia entendem que a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é diretamente afetada por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando, (i) à negociação de reajustes de tabela com as fontes pagadoras, (ii) às práticas de seus concorrentes, e (iii) à satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

Ainda, as operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, sendo assim, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo, além de ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como a inflação, movimentos cambiais, políticas de controle cambial, flutuação de taxas de juros, liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros, expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto (PIB), alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte, aumento do preço de petróleo e outros insumos, instabilidade dos preços, políticas tributárias e outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o país.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia entende que as variações na receita dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são provenientes principalmente do aumento do número de leitos (*brownfields*), do aumento do número de pacientes dia e da aquisição de novos hospitais.

Em 2019 o número de leitos totais da Companhia cresceu 34% para 797 e, em 2020, aumentou 26% atingindo 1002. Enquanto isso, o número de pacientes-dia aumentou 38% e 21% em 2019 e 2020, respectivamente.

A receita da Companhia também sofreu impacto de preços principalmente através da renegociação das tabelas por inflação mais um *spread* que é definido caso a caso. A Companhia não possui fluxo de receitas em moeda estrangeira, portanto não houve impacto cambial.

Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja seção 10 – "Discussão e Análise das Demonstrações do Resultado da Companhia", e item 10.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia" deste Formulário de Referência, e item 10.2, alíneas (a) e (c) deste Formulário de Referência.

Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Os principais custos e despesas da Companhia são (i) pessoal e (ii) materiais e medicamentos.

Os custos e despesas com pessoal são reajustados com base no dissídio coletivo negociado com os sindicatos, sempre muito próximo ao índice de inflação (IPCA). Em 2018, 2019 e 2020 esse reajuste foi, em média, de 3,44%.

Os preços dos materiais e medicamentos oscilam caso a caso, dependendo do insumo e do fornecedor. Nos últimos três exercícios a Companhia observou um aumento de preço médio de 5,42% nessa rubrica. O restante do crescimento ocorreu por aumento de volume, principalmente pelo forte crescimento da Companhia no período.

Na data deste Formulário de Referência, a totalidade dos negócios da Companhia é desenvolvida no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

O cenário político e econômico brasileiro tem experimentado alta volatilidade e instabilidade, incluindo a retração do PIB até 2017, com tímido crescimento a partir de então, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar norte-americano, altas taxas de desemprego e baixos índices de confiança e gasto pelos consumidores. Até o início de 2020, tal cenário era devido, em parte, às incertezas econômicas e políticas decorrentes da redução dos preços das commodities e das investigações relacionadas com a Operação Lava Jato, que envolveram companhias públicas e privadas, políticos e executivos e que foram responsáveis pelo afastamento e prisão de diversos políticos proeminentes. O PIB do Brasil apresentou crescimento de 1,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 1,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e 1,1%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O crescimento da economia brasileira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi abaixo das expectativas, principalmente em razão de uma combinação de incertezas políticas, greve dos caminhoneiros e o cenário econômico internacional. Apesar de o PIB do Brasil ter apresentado um tímido crescimento ao longo de 2019, sugerindo uma recuperação da demanda doméstica, a crise mundial apresentada no início de 2020, com a guerra de preço do petróleo e, principalmente, a pandemia do COVID-19, retraiu não apenas a economia brasileira, mas a economia global.

Ainda, todos hospitais da Companhia operam em imóveis alugados, cujos respectivos aluguéis foram reajustados anualmente por índices de inflação. Em um cenário crescente de inflação, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia foram adversamente afetados em razão dos reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

Inflação, Inflação Médica e Taxas de Juros

Inflação médica é um índice de inflação específico para o setor de saúde e é aplicado amplamente aos custos de tratamentos médicos. Inflação médica, conforme medida pelo Índice de Variação de Custos Médico-Hospitalares ("VCMH") calculado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar ("IESS"), normalmente é significativamente superior ao índice de preços ao consumidor. De acordo com o índice VCMH, o índice de inflação médica brasileiro foi de 12,5%, 14,5% e 17,3%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

As receitas da Companhia são diretamente afetadas pelos termos e condições inseridos nos diversos contratos firmados com seus clientes, mais notadamente operadoras de planos privados de assistência à saúde e operadoras de planos de saúde de autogestão, assim como pelos diferentes modelos alternativos de pagamentos, faturamento de outros serviços e complexidade dos serviços de saúde prestados.

A Companhia também está exposta a riscos associados a taxas de juros, notadamente com relação às despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. A inflação afeta a liquidez financeira e as fontes de recursos financeiros da Companhia, principalmente em razão de expor a Companhia ao risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa resultante dos empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas flutuantes. Adicionalmente, empréstimos, financiamentos e debêntures a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo, na medida em que o valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures varia em razão das variações das taxas de juros praticadas no mercado. Taxas de juros elevadas também podem impactar as despesas com captação e com endividamento da Companhia, resultando em aumento das despesas financeiras da Companhia. Tal aumento pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações pecuniárias na medida em que reduz suas disponibilidades. Descompassos entre as taxas contratadas para os ativos e as contratadas para passivos e/ou elevada volatilidade nas taxas de juros podem resultar em perdas financeiras para a Companhia.

Em relação ao resultado financeiro, a Companhia possui despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures atreladas ao CDI. Por serem dívidas pós-fixadas em sua maioria, o custo médio caiu ao longo dos últimos 3 exercícios em linha com a trajetória de queda da SELIC. As despesas financeiras da Companhia foram de R\$ 15,9 milhões, R\$ 42,0 milhões e R\$ 52,3 milhões em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. Apesar da queda no custo médio, o aumento das despesas financeiras ocorreu pelo aumento do endividamento líquido.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram os resultados da Companhia, veja seção 10 – "Discussão e Análise das Demonstrações do Resultado da Companhia", e item 10.1, alínea (h) deste Formulário de Referência, e item 10.2, alíneas (a) e (b) deste Formulário de Referência. Adicionalmente, para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja seção 4 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras
Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (i) adquiriu 75% do capital social do Hospital Palmas Medical S.A., pelo valor de R\$39,600 milhões, que tem como principal objetivo a prestação de serviços hospitalares e está localizado na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.
- (ii) Adquiriu (i) 100% do capital social da UTI Santa Thereza Ltda, por R\$7,113 milhões e (ii) 100% do capital social da Sociedade Hospital Santa Thereza Ltda., por R\$29,176 milhões, ambas no município de Palmas, capital do estado do Tocantins.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (i) Adquiriu 80% do capital social da Hemodinâmica Meridional Ltda., por R\$3,108 milhões, sendo que já possuía 20% capital social, assumindo assim o controle total da empresa. A Hemodinâmica Meridional atua dentro do Hospital Meridional prestando serviço de atendimento hospitalar e laboratorial, localizado em Cariacica, estado do Espírito Santo.
- (ii) Adquiriu 100% do capital social da Maternidade Santa Úrsula Ltda., pelo valor de R\$16,659 milhões, empresa prestadora de serviços hospitalares que atua no município de Vitória, estado do Espírito Santo.
- (iii) Adquiriu 100% do capital social do Hospital e Maternidade São Mateus Ltda., por R\$114,463 milhões, localizado na cidade de Cuiabá no estado do Mato Grosso.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, direta ou indiretamente:

- (iv) Adquiriu 92,43% do capital social do Hospital Metropolitano S.A, por R\$71,463 milhões, na cidade de Serra, estado do Espírito Santo.

Além disso, em 25 de fevereiro de 2021, a Enseada do Suá Participações Ltda., controlada da Companhia, celebrou um acordo de compra e venda de quotas e outras avenças ("Contrato de Compra e Venda do Anchieta") para adquirir de determinados vendedores pessoas físicas a integralidade das quotas que estes vendedores possuem do capital social do Hospital Anchieta, do Centro Diagnóstico Anchieta Ltda, do Centro de Câncer Anchieta Ltda., do Centro Neurológico Anchieta Ltda; os quais os vendedores detêm participação de 100% do capital social, com exceção do Centro de Diagnóstico Anchieta Ltda., o qual os vendedores detêm participação de 75% do capital social., pelo valor de R\$ 1.550.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e cinquenta milhões de reais) ("Preço de Aquisição"), a ser pago na seguinte forma e prazo (i) R\$ 900.000.000 em caixa na data do fechamento; (ii) R\$ 300.000.000 em caixa no Dia Útil subsequente ao 1º (primeiro) dia de negociação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão ("B3") após a realização da Oferta Pública Inicial; (iii) R\$200.000 a ser pago em 5 parcelas anuais, sendo as 4 primeiras parcelas no valor de R\$ 30.000.000 e a última no valor de R\$80.000.000; todas estas ajustadas financeiramente pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") durante o período a título de contraprestação retida na Transação ("Parcela Diferida") e (iv) R\$150.000.000 de Parcela Adicional ajustada financeiramente pelo CDI a ser paga de acordo com as cláusulas de atingimento de performance de EBITDA de forma antecipada, ou ao final do 5º ano em caso de não atingimento da performance estabelecida ("Earn Out"). A Enseada do Suá Participações Ltda., controlada da Companhia, aprovou, em 28 de abril de 2021, a sua 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Serem Convoladas na Espécie com Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única no montante total de

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) utilizados para pagamento de parte da parcela do Preço de Aquisição do Hospital Anchieta devida na data de fechamento. A transação de aquisição do Hospital Anchieta foi concluída em 14 de maio de 2021. Para maiores informações sobre as Debêntures Enseada do Suá veja o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia venha a apurar ao final do exercício social de 31 de dezembro de 2021 e, depois disso, a cada 3 (três) meses um EBITDA referente aos 12 (doze) meses anteriores e calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 12 (doze) meses superior a R\$100.000.000, o pagamento da parcela adicional será realizado antecipadamente da seguinte forma:

a) Caso o EBITDA seja maior que R\$100.000.000 e menor que R\$120.000.000, a Companhia pagará aos vendedores o montante de R\$50.000.000, ajustado financeiramente pelo CDI b) Caso o EBITDA seja maior que R\$120.000.000 e menor que R\$140.000.000, a Companhia pagará aos vendedores o montante de R\$ 50.000.000, ajustado financeiramente pelo CDI, mais o montante da Parcela do item (a), caso não tenha sido paga. c) Caso o EBITDA seja maior que R\$140.000.000, a Companhia pagará aos vendedores o montante de R\$ 50.000.000, ajustado financeiramente pelo CDI, mais o montante da Parcela do item (a) e do item (b), caso ainda não tenham sido pagas.

A Companhia e o Hospital Anchieta receberam em março de 2021 notificações extrajudiciais da Singular Assessoria Financeira Ltda. ("Singular") em que a Singular alega o direito ao recebimento de comissão pela alienação do controle do Anchieta, no valor de R\$46,2 milhões, com base em contrato celebrado em fevereiro de 2019 entre a Singular e o Hospital Anchieta. Caso tal comissão seja de fato devida pelo Anchieta, tal pagamento se caracterizará nos termos do Contrato de Compra e Venda do Anchieta como uma perda indenizável sujeita a reembolso à Companhia pelos vendedores do Anchieta, cujo montante está inclusive fora dos limites de responsabilidade e valores de indenização do Contrato de Compra e Venda do Anchieta, não gerando, portanto, qualquer impacto negativo para a Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem simplificada, ou seja, passou a mensurar seus ativos de direito de uso e passivo de arrendamento apenas para o exercício de 2019. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 9 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2019 da Companhia.

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para a Companhia:

IFRS 15/CPC 47 – “Receita de contratos com clientes”, essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 – “Contratos de construção”, IAS 18/CPC 30 “Receitas” e correspondentes interpretações.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção do CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("IFRS 15"). Em linhas gerais, o IFRS 15 estabeleceu uma nova disciplina normativa para o reconhecimento das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita bruta da Companhia é proveniente dos pagamentos que a Companhia recebe, principalmente, de operadoras de planos de assistência à saúde em decorrência dos serviços de saúde prestados, que, por sua vez, incluem materiais hospitalares, medicamentos, diárias, exames e honorários médicos. De acordo com o IFRS 15, tais receitas devem ser reconhecidas (i) na medida em que for provável a geração dos correspondentes benefícios econômicos para o contratado e for possível mensurá-los de forma confiável; e (ii) em valor que reflita o que o contratado espera ter direito em contrapartida à entrega de bens ou serviços ao respectivo cliente.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contém ressalvas e ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de impostos diferidos incluem um saldo de R\$ 52,665 milhões (R\$ 8,954 milhões – 2019) relacionado a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos incluem um saldo de R\$ 17,959 milhões (R\$ 16,210 milhões – 2019) relacionado a receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando que a estimativa é que as provisões vão se tornando perdas efetivas.

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia utiliza a taxa de incremental de empréstimo do arrendatário (IBR) como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração

A Administração da Companhia realizou análise de *impairment* dos ágios nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e nos exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2019, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

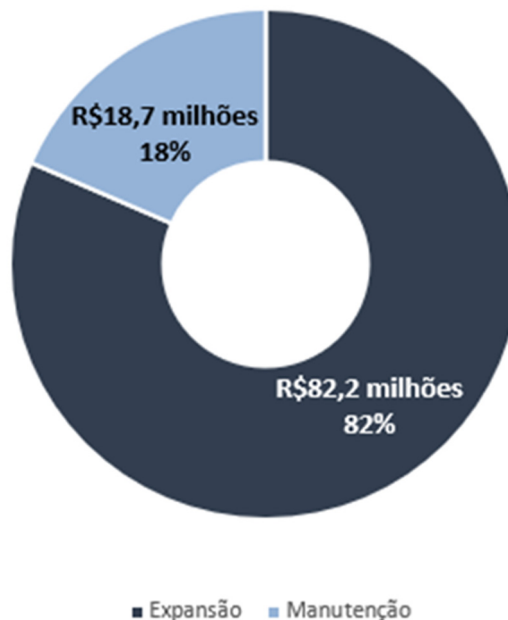
a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia está ativamente buscando oportunidades de aquisições estratégicas de hospitais e outras unidades de saúde como clínicas oncológicas, unidades de diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas, por exemplo, para expandir sua rede própria nas cidades onde já atua e em novas geografias.

A Companhia enxerga diversas oportunidades de expansão de sua estrutura atual, seja por meio de ampliações das unidades já existentes, seja pelo desenvolvimento de unidades novas nas geografias em que está presente. Também fazem parte do planejamento de investimentos, clínicas de atendimento avançado, que funcionarão para captar novos pacientes e prover serviços de atendimento primário, gerando maior fluxo para os hospitais da Companhia e fortalecendo sua marca junto à população local. Por fim, serão feitos investimentos em equipamentos de alta tecnologia, para manter o alto padrão de qualidade de nossos hospitais e reforçar nosso posicionamento junto ao corpo clínico como prestador de serviço de referência.

Em 2019 a Companhia concluiu as aquisições do Hospital e Maternidade São Mateus em Cuiabá – MT e do Hospital e Maternidade Santa Úrsula, em Vitória – ES. Em 2020, concluiu a aquisição do Hospital Palmas Medical e do Hospital Santa Thereza, ambos em Palmas – TO. Além disso, a Companhia visa o crescimento orgânico através da expansão da sua capacidade atual tanto pelo número de leitos e salas de centro cirúrgico, quanto por serviços de atendimento, diagnóstico e terapia (SADT). A companhia pretende investir ainda ao longo de 2021 aproximadamente R\$82 milhões em expansão da capacidade atual e aproximadamente R\$19 milhões em manutenção da sua estrutura atual, seja através de melhorias de processos, softwares e modernizações das suas instalações, conforme gráfico abaixo, cuja data base é 2021.



Database: 2021

Aquisições de hospitais e demais estabelecimentos de saúde em mercados selecionados também são uma parte essencial da estratégia de crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Companhia busca hospitais e demais estabelecimentos de saúde que complementem suas operações nas regiões em que opera.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Para informações sobre os principais investimentos já realizados, veja o item 10.3, alínea (b) deste Formulário de Referência. As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Para mais informações sobre os riscos a que a Companhia está sujeita com relação à sua estratégia de crescimento por aquisições, veja o item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ao longo do ano de 2021 e dos próximos exercícios, continuaremos investindo na expansão da nossa estrutura e no desenvolvimento, permitindo o crescimento continuado da Companhia, de forma orgânica e também através de aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a propagação da pandemia da COVID-19, que afetou as atividades econômicas e trouxe riscos à saúde pública em escala global. Como consequência, as principais economias mundiais sofreram relevante queda no PIB e aumento do nível de desemprego. No Brasil, em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como restrição à circulação de pessoas, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, dentre outras medidas de segurança alinhadas às melhores práticas internacionais.

A determinação do isolamento social e a recomendação de suspensão das cirurgias eletivas levaram ao esvaziamento dos consultórios e centros cirúrgicos. A redução na realização de procedimentos eletivos aumentou a disponibilidade de leitos da Companhia, que foram utilizados no amplo e irrestrito tratamento aos pacientes infectados com a COVID-19.

Ao longo do exercício social de 2020, a Companhia observou um forte aumento dos custos associados a materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs), frente ao aumento de preços causado pela pandemia. Outro grande desafio enfrentado foi o alto número de afastamentos de colaboradores do exercício de suas funções, acometidos pela COVID-19, o que gerou custos adicionais para a manutenção da escala e da assistência adequada aos pacientes.

Em março de 2020, para assegurar a capacidade de honrar todos seus compromissos em meio à crise, a Companhia efetuou a captação de R\$30,0 milhões com bancos de primeira linha para reforçar seu caixa.

A administração avalia que a posição de caixa, equivalentes e títulos e valores mobiliários de R\$184,2 milhões em 31 de março de 2021 é suficiente para atender seus compromissos já contratados no curto prazo.

A Companhia entende que está tomando as medidas adequadas e necessárias para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios enquanto perdurar a pandemia. A Companhia está monitorando os desenvolvimentos recentes relacionados à COVID-19 e coordenando suas atividades operacionais com base nos planos de continuidade dos negócios existentes e nas orientações das organizações e autoridades globais de saúde.

Ainda, em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. Como o expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, não gera impacto para os contratos de arrendamentos da Companhia, uma vez que não houve alterações decorrentes da COVID-19.

No Brasil a crise se acentuou de maneira mais forte desde janeiro de 2021, com maior número de notificação diária de novos casos, retomando novamente para patamares elevados em comparação ao início da pandemia, cujas consequências incluem filas de espera por leitos e atendimento, falta de insumos e profissionais, entre outros.

Em virtude das incertezas da população e comunidade científica relacionadas ao coronavírus, do comportamento humano em resposta à pandemia, das medidas de distanciamento social tomadas pelos órgãos governamentais e do cancelamento de procedimentos eletivos, e, portanto, a Companhia pode ter sua receita impactada caso a pandemia seja agravada.